

EDITORIAL

Desde o seu início nos anos 1960, com George F. Bass, em Cabo Gelydonia na Turquia, a Arqueologia Subaquática sistemática tem se expandido como campo de pesquisa arqueológico, ou seja, como uma especialidade da Arqueologia, atingindo hoje escala internacional de aplicabilidade e de formação. Essa inclusão de arqueólogos mergulhadores ao ambiente aquático, que comemora cinquenta e um anos, vem rompendo com uma tradição milenar levada adiante por mergulhadores que sempre se apoderaram do patrimônio cultural subaquático em benefício próprio, dificultando o agir coerente da pesquisa sistemática sobre esses bens culturais.

No Brasil, alguns projetos de intervenção “arqueológica” em ambientes aquáticos foram registrados desde os anos 1970, mas sem a inspiração nos trabalhos de Bass, onde o arqueólogo deve mergulhar e o sítio deve ser estudado pela Arqueologia enquanto cultura material submersa, visando produção de conhecimento, e não, como aconteceram nessas primeiras intervenções brasileiras, como uma técnica auxiliar ilustrativa da História trágico marítima.

Somente nos anos 1990, com arqueólogos brasileiros aprendendo a mergulhar, que a metodologia de intervenção submersa é desenvolvida com o devido cuidado, e começam a se produzir trabalhos de cunho científico acadêmico e de mercado. O apoio internacional também deve ser ressaltado neste contexto histórico da jovem Arqueologia Subaquática brasileira.

O reconhecimento da arqueologia subaquática brasileira pode ser visto em sua participação no *International Committee on Underwater Cultural Heritage* do *International Council of Monuments and Sites* (ICUCH/ICOMOS), com assento desde 1996. Este comitê reúne especialistas do mundo e atua como órgão consultor da UNESCO para a temática do patrimônio cultural subaquático, e foi fundamental para nossa legitimação nacional ao facilitar o intercâmbio internacional e a possibilidade de participação de arqueólogos brasileiros em pesquisas e cursos no exterior, bem como nas trocas de experiências de cunho científico. A Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, de 2001, também ajuda na integração dos especialistas sobre o tema.

A inclusão da disciplina Arqueologia de Ambientes Aquáticos, como disciplina obrigatória, nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Arqueologia das Universidades Federais de Sergipe, Piauí e Pernambuco reforçam a realidade dessa jovem especialidade da Arqueologia que vem se legitimando no Brasil. Valendo ressaltar também, os cursos de Introdução à Arqueologia Subaquática ministrados para arqueólogos e para mergulhadores interessados pelo tema, cursos esses teóricos/práticos presenciais, mas que nos próximos meses estarão disponíveis na versão mista (parte teórica à distância, e parte prática presencial, sob a responsabilidade do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos, do Núcleo de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (LAAA/NAR/UFS), o que possibilitará aumentar significativamente o alcance da formação de novos especialistas.

Outro curso que merece destaque no cenário nacional atual é o de formação do arqueólogo enquanto mergulhador. O LAAA/NAR/UFS ministra hoje um curso de extensão, de 140 horas, intitulado “Mergulho Científico para Arqueologia”, voltado exclusivamente para arqueólogos (em níveis bacharelado, mestrado e doutorado). Este curso vem colaborar diretamente com as recentes discussões a respeito da regulamentação da profissão de arqueólogo no Brasil, ou da proposta de auto-regulação profissional levada adiante pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), porque ele dá as diretrizes do perfil de formação que deve ter um arqueólogo que pretende atuar no ambiente aquático (submerso ou de interface). No curso o arqueólogo recebe uma formação de mergulho autônomo específica, comparada aos credenciamentos de mergulhadores em cursos recreativos: Básico, Avançado, Primeiros Socorros e Resgate, com ênfases para os quesitos de planejamento e de segurança (individual e coletiva), mais a formação em Arqueologia Subaquática, permitindo que a qualidade do profissional em Arqueologia siga critérios de excelência e não sofra nenhuma alteração inerente à mudança de ambiente.

Feita esta apresentação de expansão do aumento do número de especialistas atuando neste seguimento, nesta edição especial da *Vestígios*, tentamos unir alguns artigos sobre Arqueologia Subaquática de distintas autorias. Os comentários sobre a entrevista com George Bass realizada por Marina Fontolan, que desenvolveu um TCC na Unicamp sobre os trabalhos de Bass, trazem à tona a experiência do pioneiro desse campo arqueológico no mundo. O artigo conjunto de Leandro Duran, Paulo Bava de Camargo, Flávio Rizzi Calippo e Lucia Juliani busca introduzir à prática da arqueologia submersa ao contexto de licenciamento ambiental, mostrando que não só é possível trabalhar embaixo d’água, mas que o ambiente submerso guarda igualmente vestígios de atividades humanas no planeta onde menos esperávamos. Daí a importância dos cursos apontados acima para a formação de novos especialistas.

Sobre a inclusão da Arqueologia Subaquática nos trabalhos de contrato uma nota publicada por Leandro Duran e Paulo Bava de Camargo, chama atenção para a maior seriedade e compromisso com que devemos considerar a realização de trabalhos arqueológicos em terrenos imersos. O trabalho de Carlos Hurtado e Catalina Chaves, da Colômbia, é um excelente exercício interpretativo da estratégia militar de controle de suas fronteiras, muitas vezes por meios mais psicológicos que físicos. Finalmente, o trabalho de Bruno Sanches discute as alternativas de interação entre a pesquisa acadêmica e o público em geral, na tentativa de preservar e democratizar o patrimônio submerso.

Os trabalhos apresentados nesta edição são marcos da maturidade que a jovem Arqueologia Subaquática alcançou no Brasil e na América Latina, o que torna cada vez mais legítima sua luta pela proteção do patrimônio arqueológico submerso e reconhecimento por seus pares.

Gilson Rambelli e Bruno Sanches